

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

OS EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA/PETI SOBRE O TRABALHO
INFANTIL E SUAS EXTERNALIDADES

PEDRO PAULO GUEDES KEUSEN

Nº de matrícula: 0813541

Orientador: Mauricio Cortez Reis
Tutor: Carlos Vianna

Junho de 2014

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

OS EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA/PETI SOBRE O TRABALHO
INFANTIL E SUAS EXTERNALIDADES

Junho de 2014

Por: Pedro Paulo Guedes Keusen

Assinatura:

Orientador: Mauricio Cortez Reis

De acordo:

Área de Pesquisa: Setor Publico

Palavras-Chave:

1. Bolsa Familia
2. Trabalho Infantil
3. PETI

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor

As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço minha avó Dona Rosa Branca, no qual foi à pessoa chave e para eu chegar até aqui, seus conselhos para sempre vou levar em minha vida. Meus pais Victor e Fernanda que sem eles não teria me tornado essa pessoa que sou hoje, eles sempre foram os exemplos que eu mais pude guiar. Meus irmãos Yep, Carolina, Rafael, Natasha e Victinho e aos meus primos Leo, Rafa, Flavio, Emilio Nina, Isa, Guga, Renato e Verônica que com eles aprendi muito bem o conceito família. As minhas tias Lenita e Sônia que sempre me ensinaram muito sobre a vida.

A todos os meus amigos que a vida me deu, cada um em seu momento porém todos com muita importância, Bebis, Digos, Muris, Vic, Bogado, Brenin, Deborah, Dodo, Inoa, Renan, Rafa, Caca, vocês são irmãos que a vida me presenteou.

A um casal no qual eu tenho grande admiração Tia Erika e Tio Kleverson, e toda a sua família, que sempre me receberam maravilhosamente bem em qualquer ocasião.

Aos amigos que a PUC me deu, Ramozinho, Clinton, Paolo, Magalhães, Diogo, G2, David, Lucas, Camilla, onde passei anos de muita luta e de muitas conquistas e vocês lutaram também e sabem muito bem o prazer que é estar em uma faculdade maravilhosa.

Ao meu orientador Mauricio onde sempre esteve presente em todas as minhas dúvidas apesar de ser uma pessoa e me orientou pelos melhores caminhos para fazer essa monografia. Espero ter alcançado o meu objetivo.

A vocês eu tenho que dizer, Muito Obrigado de uma forma ou de outra todos tiveram importância nesse trabalho.

Sumário

1) Lista de Figuras	6
2) Resumo	7
3) Introdução.....	13
3.1.1) Formação do Bolsa Família	13
3.2.1) Regras de Funcionamento e Objetivos Centrais do Bolsa Família.....	15
3.2.2) Cadastro Único.....	17
3.3) Formação do PETI.....	18
4) Revisão Bibliográfica.....	20
5) Material e Métodos.....	24
6) O que é Trabalho Infantil.....	26
6.1) Os tipos de Trabalho Infantil.....	26
6.2) Características e exceções.....	28
6.3) Ações da sociedade	28
7) O Efeito do Programa Bolsa Família/PETI / Resultados Esperados.....	31
7.1) Análise Sobre as Regressões Feitas	31

7.1.1) Estimando por MQO.....	31
7.1.2)) Estimando com efeitos fixos	31
7.1.3) Estimando com efeitos fixos e dummies de ano	33
7.2) Objetivos Centrais do Bolsa Familia	34
8) Conclusão	35
9) Fonte de Dados	37
11) Biliografia	38

1. LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução Anual da Taxa de Trabalho Infantil.....	10
Figura 2: Situação do trabalho infantil nos municípios após a implantação do PETI – Gestores	11
Figura 3: Avaliação das famílias a respeito do PETI	11
Figura 4: Pessoas de 10 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por grandes regiões – 2000 / 2010	12
Figura 5: Multiplicadores Decorrentes de um Aumento de 1% no PIB Segundo Tipo de Gastos	12
Figura 6: Taxa de Pobreza e Coeficiente de Gini do Brasil.....	19
Regressões.....	30

2. RESUMO

No Brasil é proibido o trabalho para menores de 14 anos idade, e dos 14 aos 15 é permitido apenas como forma de aprendiz e dos 16 aos 17 é permitido apenas se não atrapalhar as atividades escolares e não tenha insalubridade e jornada noturna¹.

No Brasil cerca de 3.4 milhões de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos, encontram-se na situação de trabalho infantil, de acordo com o último censo realizado em 2010. Sendo que cerca de 1,6 milhões tem 10 a 15 anos e 1,8 milhões tem 16 ou 17 anos. Apesar desses altos números o Brasil registra um avanço na redução do trabalho infantil, já que no último censo apresentava cerca de 3,9 milhões de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos nessa situação, uma redução de aproximadamente 14% no total desse número. Sendo que todas as regiões apresentaram melhoras, menos a região Norte que teve um leve aumento nos números².

Por trás dessa redução tivemos diversos fatores importantes. Como a ratificação da Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1990), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente – CONANDA (1991), a criação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (1994), Tivemos a criação de um importante programa social, o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (1996), a ratificação da convenção 182 da OIT, para a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil (2000), a criação de Grupos Especiais de Combate ao Trabalho Infantil e de Proteção ao Trabalhador Adolescente – GECTIPAS (2000), a Criação da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil – CONAETI (2002), coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego no qual o objetivo é aplicar as convenções 138 e 182 da OIT, a publicação do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (2004) e tivemos também o decreto 6.481, que regulamenta as piores formas de

¹ Regulamentação permite trabalho de menor como aprendiz a partir dos 14 anos http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/id/4959439

² - OIT: Bolsa Família contribui com a redução do trabalho infantil <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/04/oit-bolsa-familia-contribui-com-a-reducao-do-trabalho-infantil>

trabalho infantil (2008). Sendo que em 2005 tivemos a incorporação do PETI pelo Programa Bolsa Família (2003), criado justamente com o intuito de englobar os principais programas sociais já existentes no Brasil, inicialmente integrando os programas como o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e o Fome Zero, com o objetivo de ter ganhos de escala ao consolidar e racionalizar os programas já existentes, promover a eficiência no uso de recursos públicos reduzindo os custos administrativos com essa união, melhorar a identificação do público alvo, melhorar as sinergias já que todos esses programas tem objetivos em comum na educação e saúde, e promover a integração de todos os níveis de governo existentes.

Temos ao longo desses anos essa luta pelas crianças e adolescentes, no qual dedicam o seu tempo ao trabalho, e com isso perdem os principais anos de aprendizagem escolar. Como esses principais anos comprometidos pelo trabalho infantil, essas crianças estão perdendo a oportunidade de um futuro melhor muitas vezes para colaborar a sustentar a própria família. E com esse intuito que o governo criou um programa especialmente para cuidar dessas pessoas e famílias, o PETI em (1996). O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil tem como objetivo retirar as crianças e adolescentes do trabalho e exploração de até 16 anos e retirar das atividades da lista das piores formas de trabalho infantil as crianças e adolescentes até 18 anos.

Sendo que para se manter no programa as famílias tem que cumprir com alguns compromissos, na área da educação crianças e adolescentes devidamente matriculados e até os 16 anos de idade ter frequência escolar superior aos 85% e de 16 aos 17 anos ter frequência escolar superior aos 75%. Na área da saúde gestantes e lactantes tem que comparecer ao pré-natal e participar das atividades educativas sobre o aleitamento materno e os cuidados gerais com a alimentação e saúde da criança, e para as crianças com menos de 7 anos de idade é obrigatório o programa de vacinação em dia e o acompanhamento do desenvolvimento infantil³. Essas obrigações de elegibilidade

³ - Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – Senarc Nº 334 • 10 de setembro de 2012
<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/informes/informe-gestores/Informe%20334.pdf>

do programa são fundamentais para a que o programa contribua de forma efetiva para essas famílias e a sociedade. Já que simplesmente dar o benefício não significa que a criança/adolescente vai deixar o trabalho para começar a estudar por vontade própria. E o que mais interessa na verdade, socialmente falando, é a migração da criança do trabalho para a escola no qual temos um grande ganho como um todo. O benefício por si só serviria como incentivo as famílias a conseguirem manter as obrigações reguladas pelo programa em dia, porem tem outro intuito que é de ajudar as famílias com a relativa “perda” já que muitas famílias dependem dessa criança/adolescente trabalhando para sobreviver.

A ideia é simples, ajudar a família que esta com um membro em trabalho infantil para que essa criança/adolescente não precise trabalhar para ajudar no sustento da sua família que agora passa a receber o benefício e com isso possa dedicar o tempo aos estudos. Antes esse tempo era dedicado ao trabalho e a sociedade passa a ganhar um jovem potencial que conseqüentemente vai ter uma projeção de futuro melhor em termos sociais já que estamos incluindo um jovem, antes comprometido apenas ao trabalho, aos estudos.

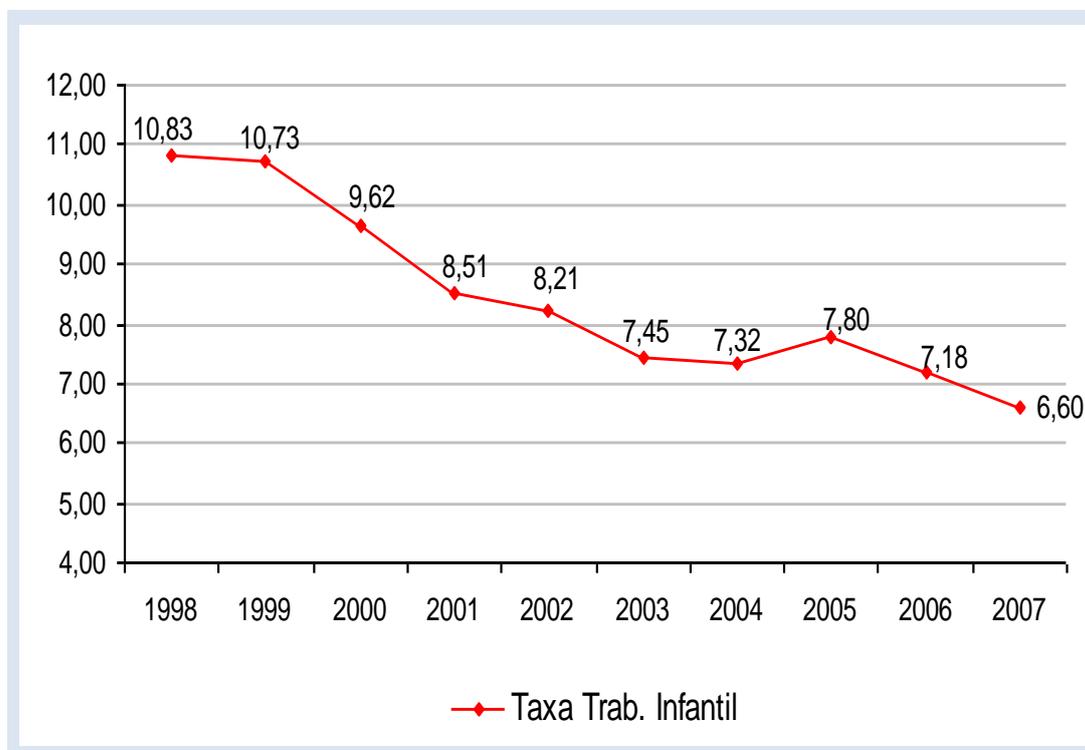
Sabemos que o Programa Bolsa Família faz varias frentes em termos sociais, distribuição de renda, (índice de gini), educação, saúde, inclusão social entre outras. Porem estamos aqui para discutir um problema especifico, que é o trabalho infantil e nesse trabalho pode ajudar de forma consistente os casos de forma geral da relevância do Programa Bolsa Família (PBF), iniciada pelo PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil sobre esse contexto. E conseqüentemente veremos suas externalidades já que o trabalho infantil esta altamente correlacionada com outros fatores importantes, que afinal de contas o PBF engloba seu projeto para tratar todos esses casos.

E verdade que temos uma linha da sociedade que é contra o programa e que acusa o governo de fazer deste um grande curral eleitoral, já que o marketing feito nas épocas eleitorais em cima desse programa é muito grande, e afinal de contas ele engloba uma boa fatia da população. Essa linha também contesta sobre a efetividade do programa, alegando que não basta dar o benefício e ficar “sustentando” essa parte da população,

porém em pesquisas feitas pelo IPEA mostram que a cada 1,00 real gasto com o Bolsa Família pelo efeito multiplicador ele gera 1,44 do PIB e 2,25 na renda das famílias, isso é o que vamos discutir na parte de Objetivos Centrais do Bolsa Família para que possamos analisar esse embate político⁴.

Figura 1) Evolução Anual da Taxa de Trabalho Infantil

Evolução Anual da Taxa de Trabalho Infantil – Crianças de 5 a 15 anos de idade – 1998 a 2007

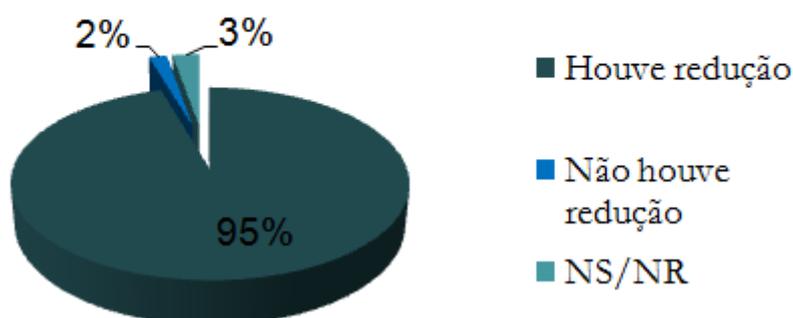


Fonte : Desafios e Estratégias para a Erradicação do Trabalho Infantil no Brasil – Secretaria Nacional de Assistência Social

⁴ - Gasto social com educação é o que mais eleva o PIB

Figura 2) Mais de 95% dos gestores afirmam que após a implantação do PETI houve redução do trabalho infantil no município

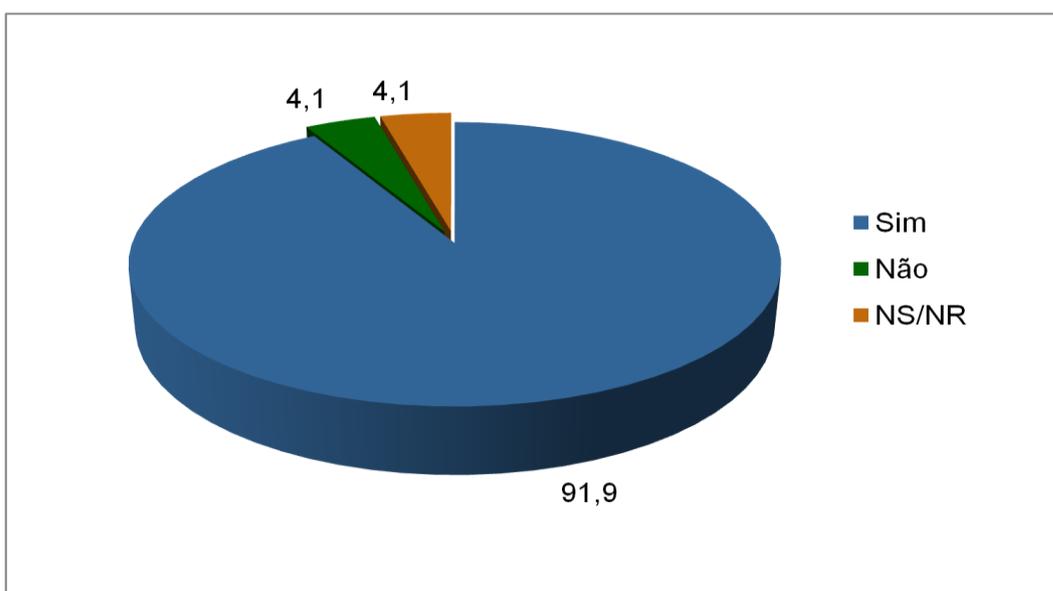
Sobre a situação do trabalho infantil nos municípios após a implantação do PETI - gestores



Fonte : Desafios e Estratégias para a Erradicação do Trabalho Infantil no Brasil – Secretaria Nacional de Assistência Social

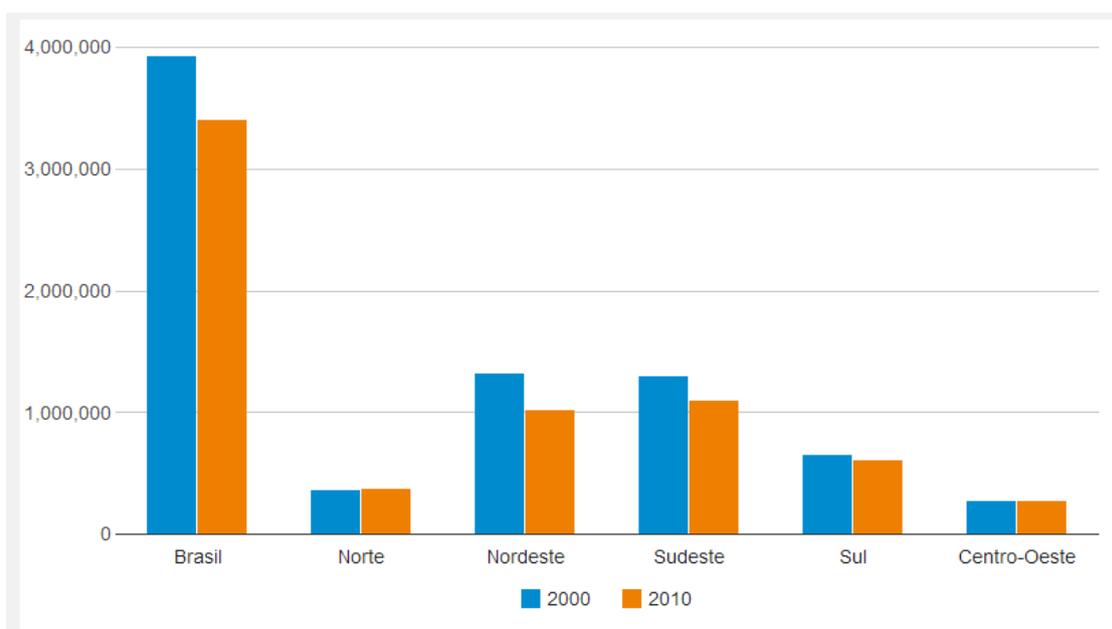
Figura 3) Avaliação das famílias a respeito do PETI:

O dinheiro do bolsa família ajuda no sustento da família? - Responsáveis



Fonte : Desafios e Estratégias para a Erradicação do Trabalho Infantil no Brasil – Secretaria Nacional de Assistência Social

Figura 4) Pessoas de 10 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por grandes regiões – 2000 / 2010



Fonte : Trabalho Infantil – Gráficos IBGE -
<http://censo2010.ibge.gov.br/trabalhoinfantil/outros/graficos.html>

Figura 5) Multiplicadores Decorrentes de um Aumento de 1% no PIB Segundo Tipo de Gastos

Tipo de Gasto/Demanda	Multiplicador do PIB (%)	Multiplicador da Renda das Famílias (%)
Programa Bolsa Família	1,44	2,25
Benefício de Prestação Continuada	1,38	2,20
Regime Geral da Previdência Social	1,23	2,10
Juros sobre a Dívida Pública	0,71	1,34

Fonte : Comunicado do Ipea Nº 75
http://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/comunicado/110203_comunicadoipea75_apresentacao.pdf

3. INTRODUÇÃO

“O trabalho infantil é uma violação de direitos que impede o desenvolvimento pleno das capacidades e potencialidades das crianças e adolescentes. É, portanto, um fenômeno que exige necessidade de monitoramento permanente”.

Essa é a definição de trabalho infantil pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

3.1) Formação do Bolsa Família

A origem do Programa Bolsa Família, que é um programa condicional de transferências de dinheiro, foi encubado em debates políticos no final dos anos 80 e início dos anos 90 sobre a discussão sobre a crença que existe no Brasil sobre “dívida para com o pobre” e sociedade injusta com eles. Não é por menos, já que o Brasil tinha um dos mais altos graus de desigualdade do mundo. Como mostra na figura 6 no caso temos o índice de Gini e a taxa de pobreza altamente correlacionada.

O Brasil foi então um dos pioneiros a implantar programa condicional de transferências de dinheiro com o Bolsa Escola sendo criado no Distrito Federal pelo então governador Cristovam Buarque do PT no dia 3 de janeiro de 1995 e logo em seguida para ser mais exato três dias depois 6 de janeiro do mesmo ano o então prefeito de Campinas José Roberto Magalhães Teixeira do PSDB criou o Programa de Renda Familiar Mínima.

No ano seguinte em 1996 o governo mexicano interessado na ideia do programa implantado pelo Brasil enviou representantes para observar de perto e aprender mais sobre o programa Bolsa Escola, que posteriormente em 1997 o México lança seu próprio programa de transferência condicional de renda o Progreso esse de nível nacional.

Mas no Brasil o governo federal apenas começou a olhar com mais interesse nesse tipo de programa em 1998 com então o presidente Fernando Henrique Cardoso, que criou o sobre custódia do Ministério da Educação o Programa para a Garantia de Renda Mínima

que ajudavam os municípios que queriam implantar um programa de transferências condicionais. Portanto esse foi uma porta de entrada para então o governo lançar o Programa Bolsa Escola Federal em 2001, que como todo programa condicional tem suas obrigações pelos que devem ser cumpridas pelos beneficiados do programa.

A maioria dessas condições são voltadas para a educação e saúde. E o então Bolsa Escola não foi diferente. A família beneficiada recebia 15 reais por mês por criança, limitada a 3 filhos. Com isso a família tinha que manter seus filhos matriculados e com a frequência superior a de 85%. Seus objetivos tinham como ideais a redução da pobreza, redução do trabalho infantil e aumento do nível escolar.

Para combater a desnutrição o governo criou o então Bolsa Alimentação em 2001 e como todo programa de condicionalidades exigia alguma coisa do beneficiado. E nesse caso o cumprimento de realização das gestantes do pré e pós-natal e manter o cartão de vacinas das crianças em dia. Também tivemos a criação do Auxílio Gás em 2002 e do Fome Zero em 2003, programas no qual tinham praticamente os mesmo objetivos porem com um intuito mais peculiar mais direto nos termos de transferências de renda. Muito se falou na época da criação do programa Fome Zero da premissa do sociólogo Herbert José de Sousa (Betinho), “Quem tem fome tem pressa”⁵.

Diante da formação desses 4 principais programas condicionais de nível nacional, então na época o presidente Luiz Inácio da Silva – Lula criou então o Programa Bolsa Família, com o objetivo de ter ganhos de escala ao consolidar todas as administrações em um efeito centralizador dos programas existentes, com isso ter um melhor uso de recursos públicos reduzindo os custos dos programas descentralizados anteriormente, passando a ter com essa união um comando único já que estaríamos tratando de apenas um programa afinal de contas. A ideia também seria de melhorar a identificação do público alvo, já que todos os programas tinham como objetivo alcançar a mesma classe da população, isso apenas foi melhor direcionado para que o programa

⁵ - ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL BOLSA-ALIMENTAÇÃO http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/alimenta_saudavel.pdf

não desviasse os recursos para parte da população que não necessitava diante os pré-requisitos. E a melhora das sinergias, foi apenas uma consequência, já que todos esses programas tinham objetivos em comum nas suas condicionalidades na educação, saúde e Direta ou indiretamente no trabalho infantil. O programa possibilitou a integração de todos os níveis de governo existentes. Já que o programa administrado pela união e fiscalizado por todos os agentes e municípios.

Portanto temos um programa solido que é o maior programa de transferência condicional de renda do mundo e que consegue atingir bem os seus objetivos. Não que o programa seja perfeito já que todos esses programas estão sujeitos a fraude, dados incorretos e falta devida e continua de fiscalização em todos os pontos do país, que dificultam a integridade completa desse programa. Porem esse assunto vamos tratar melhor na parte 5.1 Objetivos Centrais do Bolsa Família, onde iremos analisar com mais cautela aonde esse programa que nasceu de uma fusão de outros quer chegar.

3.2.1) Regras de Funcionamento e Objetivos Centrais do Bolsa Família

O Programa Bolsa Família tem como base de benefícios, transferências direta de dinheiro para as famílias que estão no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. O foco do programa esta em atender os 16 milhões de pessoas que estão abaixo do limite per capita de 77 reais mensais e sua base é acesso aos serviços públicos, inclusão dessas famílias no meio produtivo e na garantia de renda para as mesmas⁶.

O programa atualmente atende mais de 13 milhões de famílias no Brasil inteiro, e esses benefícios são dados de acordo com o perfil de cada beneficiado. Os tipos de Benefícios variam de acordo com a maior necessidade de cada família. Então temos o Benefício básico, porem tem também a variável de acordo com cada perfil. Os perfis do benefício variável são: o vinculado ao adolescente (BVJ), o vinculado ao gestante (BVG), o vinculado a nutrição (BVN), e o Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP). Portanto o valor dos benefícios não é igual para

⁶ Valor do benefício básico do Bolsa Família sobe para R\$ 77- <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-05/valor-do-beneficio-minimo-do-bolsa-familia-sobre-para-r77>

cada família, varia de acordo com suas características, porém o valor mínimo do benefício é de 32 reais⁷.

Os saques são realizados através de uma conta no Banco Caixa Econômica Federal que foi contratada para ser agente operador do programa que tem como objetivo estabelecer e divulgar o calendário de pagamentos do programa, distribuir os cartões para as famílias realizarem os saques, monitorar os canais de pagamento e saques de benefícios que tem por meta contratual 96% de efetividade. Os saques também devem ser realizados com um prazo de 90 dias a partir da disponibilização do crédito, caso esse não tenha sido realizado o dinheiro é devolvido pela Caixa Econômica Federal ao MSD.

Sua Gestão é descentralizada, portanto cada esfera do governo é responsável por uma parte do programa, portanto é um trabalho descentralizado porém unificado para aplicação, regulação, fiscalização, coleta de dados e o não menos importante ampliação para atingir a meta de beneficiar todas as famílias de baixa renda que se encontram nessa situação.

Como se trata de um programa com condicionalidades as famílias beneficiadas devem assumir compromissos, e as metas principais do programa estão baseadas juntamente nessas condicionalidades, que são: acompanhar o cartão de vacinação e o desenvolvimento das crianças até 7 anos, as mulheres de 14 a 44 anos tem que fazer um acompanhamento na área da saúde e se gestantes e lactantes o pré-natal é indispensável. Na educação as crianças de 6 a 17 anos devem estar matriculados na escola e ter frequência mínima de 85% para a faixa de idade 6 a 15 anos e 75% de frequência para a faixa de 16 a 17 anos. Já para as famílias que tiveram os seus filhos retirados do trabalho infantil pelo programa PETI essas crianças devem participar dos serviços de Conveniência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), portanto devem exercer além dos 85% de frequência escolar mensal, tem que comparecer a essas atividades extras, justamente para que não tenham tempo ocioso, que no caso a probabilidade de usar esse

⁷ - Benefícios e Condicionalidades http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/beneficios-e-contrapartidas

tempo para o trabalho vai ser muito grande. Portanto essa ocupação extra é fundamental para que isso não ocorra e as metas do governo de erradicar o trabalho infantil sejam alcançadas. A gestão de controle por parte das condicionalidades é pelo governo que fiscaliza e gerencia todos os cumprimentos dela. Caso a família em questão esta com dificuldades de cumprir essas metas de condicionalidade, ela pode e deve procurar o responsável municipal pelo programa e solicitar ajuda que tem como foco não a punição da família e sim conscientizar sobre a responsabilidade e importância de conseguir cumprir esses objetivos⁸.

3.2.2) Cadastro Único

O cadastro único é uma ferramenta criada para ajudar o monitoramento, planejamento estratégico e aplicação adequada dos programas de transferência de renda do Brasil. Ele ajuda os governantes e os gestantes do Programa Bolsa Família a mapear os pontos mais críticos de cada região do país de forma que a intensidade do programa pode ser melhor direcionada, já que apenas recebe o benefício quem esta com o cadastro em dia. Portanto as famílias que estão no cadastro único são: as que possuem renda mensal menor ou igual meio salário mínimo por pessoa ou renda total de até três salários mínimos. Então o governo conta com um poderoso instrumento para conhecer melhor as características dos núcleos das famílias, a forma no qual os serviços públicos essenciais estão penetrando nessa camada da população. Portanto facilita as aplicações futuras para implantações de políticas específicas. Atualmente existem 21 milhões de famílias inscritas no Cadastro Único.

Temos então que cada família que deseja participar do programa, primeiramente deve se inscrever no Cadastro Único pela gestão municipal e então o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, de forma automatizada seleciona

⁸- BOLSA FAMÍLIA Saiba mais http://www.caixa.gov.br/Voce/Social/Transferencia/bolsa_familia/saiba_mais.asp

devidamente as famílias no qual estão nesse cadastro. Então estar inscrito no Cadastro Único não impõem que a família vai ser beneficiada pelo Programa.

3.3) Formação do PETI, Regras e Objetivos

O Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil (PETI) foi criado como base a ajudar as famílias e principalmente as crianças no qual estão submetidas ao trabalho infantil. Portanto quando se trata de uma criança sendo submetida ao trabalho estamos falando que essa criança esta tirando seu tempo de estudo em prol de um salário para sobreviver. A ação do programa é justamente essa, subsidiar as famílias já que a criança vai parar de trabalhar e vai passar a frequentar a escola com isso o deixa uma lacuna financeira nas famílias. Com o benefício o governo nada mais nada menos esta comprando o custo de oportunidade dessas crianças pagando para elas estarem nas escolas e futuramente poderem estar melhor alocadas socialmente do que se continuassem trabalhando.

O ponto crucial desse programa esta nas condicionalidades. Pois o que leva as famílias incentivarem as crianças a estudar? Já que elas teoricamente terão o incentivo em receber o benefício e manter as crianças trabalhando e consequentemente aumentando seus ganhos de curto prazo e com isso melhores alocadas no presente com isso. Porem ai que entra as condicionalidades que são: Retirada de todos os filhos menores de 16 anos de atividades laborais, Manutenção de todos os filhos da faixa etária de 07 a 14 anos na escola, Apoio à manutenção dos filhos nas atividades da Jornada Ampliada, neste caso essa condicionalidade tem papel fundamental para que as crianças de fato tenham seus tempos ociosos dedicados exclusivamente às atividades extras, para que não tenham tempo de sair da escola e voltarem ao trabalho em meio período, também tem que participação nas atividades sócio-educativas, Participação em programa e projetos de qualificação profissional e de geração de emprego e renda oferecidos.

O foco do programa esta em retirar as crianças e adolescentes do trabalho

perigoso, penoso, insalubre e degradante e conseqüentemente iniciar o processo de inclusão social através da educação fiscalizando a frequência dessas crianças nas escolas e aplicando a na jornada ampliada atividades culturais, esportivas, artísticas e de lazer.

Em 2005 tivemos então a unificação dos programas PBF e PETI para agilizar o repasse de recursos às famílias e ganhar com a sinergia das estruturas já existentes. Com a unificação, o auxílio financeiro do PETI passa a ser pago pelo Bolsa Família, passa a ter como objetivo o combate ao trabalho infantil.

Figura 6: Taxa de Pobreza e Coeficiente de Gini do Brasil



Indicador 1 -

Indicador 2 - Número de pessoas em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza. Baseia-se no nível de renda anual com a qual uma pessoa ou família não consegue ter todos os recursos necessários para viver. A divulgação é feita a partir do momento em que o IBGE publica os microdados de uma nova Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O número de 2011 será conhecido em outubro de 2012.

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Como o programa bolsa família é um programa político, de fato ocorre inúmeros debates sobre os seus efeitos, causas e consequências. Existe no caso a linha de pensamento pro bolsa família, no qual aderem a ideia que comprar o tempo da criança para ela estar na escola puramente vai ter um efeito no longo prazo para a redução da pobreza e da desigualdade.

Outra linha de raciocínio até concorda que a ideia inicial é boa, porém batem na tecla de que na prática as coisas não funcionam dessa maneira, e que o incentivo pode muito bem ter um efeito negativo. Pois falhas no desenho de implantação do programa podem gerar beneficiados que por falha de cadastro, não seriam elegíveis a receber o programa, e mesmo assim recebem. E no caso o incentivo seria burlar o programa e suas condicionalidades gerando assim um outro efeito da ideia pura e inicial, que é a redução da pobreza, desigualdade e redução do trabalho infantil.

Um trabalho que discute de forma simples e sucinta esse caso de incentivos negativos é o trabalho do Eugênio de Souza Quinta orientado por José Marcio Camargo, onde ele analisa Programas condicionais de transferência de renda, e suas dualidades entre mostrar utilidade em investimento em capital humano. Porém, pode afetar negativamente a taxa de participação na força de trabalho da economia. Já que o beneficiário pode não trabalhar por medo de perder o benefício do Bolsa Família.

Ele afirma que *“Devemos levar em consideração, porém, que não basta ter boas intenções na hora de se desenhar uma política pública. Quando a instituição é mal desenhada, ela gera incentivos perversos que podem causar um prejuízo maior que o ganho que ela se propõe a alcançar. Por melhor que seja a proposta do programa, i.e., “comprar” o tempo da criança para que esta vá para a escola investir no seu capital humano, ao invés de entrar prematuramente no mercado de trabalho, ele pode acabar gerando incentivos perversos e indesejados para a sociedade se for mal desenhado.”* (pag. 8).

No caso ele acha três falhas interessantes no programa um deles é “*a proporção dos membros economicamente ativos dentro dos domicílios que não recebem o Bolsa Família é maior do que dentro dos que recebem o benefício.*” (pag. 20). O outro ponto é o aumento drástico na taxa de informalidade. “*a taxa de informalidade é maior para os beneficiários do que para aqueles que não recebem o Bolsa Família. Isto indica que há uma parcela considerável de beneficiários que optam pela informalidade para poder mentir sobre sua renda, já que não terão carteira de trabalho assinada, conseguindo, assim, enganar o mecanismo de seleção do Programa e receber o benefício mesmo estando desenquadrados.*” (pag. 20). E o outro ponto é que “*Quando se impõe um teto de renda sobre um potencial beneficiário, aqueles que estão próximos dos valores de corte, têm incentivo a não aceitar um outro emprego que pague melhor para não perder a contribuição.*”

Outra observação feita por Eugênio de Souza Quinta é que existe uma teoria que o tipo de trabalho do beneficiário seja tão insalubre que ele prefere viver com uma renda mais baixa, apenas a renda do programa do que viver com a utilidade negativa do trabalho em questão.

A mesma conclusão foi levantada pela Alaísa de Oliveira Siqueira em sua Dissertação de Mestrado “*Os programas de transferência de renda no Brasil, como é o caso do PBF são substitutos aos salários e não um complemento para que essas famílias consigam sair de seu estado de pobreza absoluta, ou seja, a renda desse benefício é praticamente exclusiva, o que acaba se transformando no que PEREIRA (1996) chama de Armadilha da pobreza, pois seus beneficiários acabam sendo obrigados a viver exclusivamente dessa renda.*”(pag. 90)

Uma discussão um pouco diferente porem reconhecendo os erros do programa é levantada pela Luciana de Araújo Britto em sua dissertação de mestrado aonde ela estuda 17 famílias beneficiadas pelo programa e percebe que “*As famílias estudadas, estão excluídas do mercado de trabalho e do consumo, pois o cotidiano configura-se na luta do mínimo para a sobrevivência, na maioria dos casos, necessitam de uma rede*

social ou de um programa social como o Bolsa Família para compensar sua situação de pobreza.”(pag. 130) e em sua conclusão ela cita uma ideia de aperfeiçoar a implantação do programa no cadastro condicionalidades. “Sugere-se o aperfeiçoamento na forma de fazer o Cadastramento Único buscando dar visibilidade para além das medidas quantitativas da linha de pobreza que utilizam a renda como principal critério de seleção; inserir na Ficha Técnica Social do CRAS para seu acompanhamento os itens que tratam da participação social; observar as estratégias de superação da pobreza através do dialogo com as famílias; estimular a rede de apoio para que a participação não se limite às condicionalidades exigidas para a permanência no Programa. Importante também efetivar-se estudos qualitativos profundos para o aperfeiçoamento do Programa Bolsa Família.”

Já o trabalho de Leandro Marchal Rothmuller, também orientado por José Márcio Camargo explica a simplicidade de atuação do programa Bolsa Escola “*Como as crianças são hoje fonte importante de complementação do trabalho e da renda das famílias pobres, elas se vêm desde cedo obrigadas a trocarem a escola pelo mercado. Ao não freqüentarem as escolas, as crianças perdem a oportunidade de se educarem e, portanto, acumular capital humano. Como consequência, ao se tornarem adultas, possuem baixa capacidade de geração de renda e alta probabilidade de continuarem pobres. O que se percebe é o surgimento de um ciclo vicioso da pobreza, onde os filhos dos pobres hoje, incapacitados de acumularem capital humano no presente e gerar mais renda no futuro, serão os pobres de amanhã.*” (pag. 6), portanto a acumulação de capital humano no Brasil via esse benefício através das suas condicionalidades (permanência das crianças nas escolas), em médio prazo iria surgir o efeito de redução da pobreza e da desigualdade.

Leandro explica também que o programa é confundido com um programa de renda mínima, no caso ele explica que tratasse de um programa de “compra” do tempo da criança, para ela permanecer na escola. Com isso estaria ganhando capital humano e romperia o ciclo vicioso da pobreza. E chega a conclusão (referente a implantação do programa bolsa escola em primeira ordem) “... *que a probabilidade das crianças*

compõem precocemente a população economicamente ativa do país não sofre grandes alterações com a implementação do programa. Uma vez que a renda per capita familiar do público potencialmente beneficiário é muito baixa, o benefício concedido não foi suficiente para reduzir significativamente as chances das crianças serem obrigadas a trabalhar.” (pag.39)

Porem resalta que o programa tem sim efeitos positivos principalmente nas faixas de idade mais altas, que o trade off entre mercado de trabalho e frequência escolar é maior.

5. MATERIAL E MÉTODOS

Com o intuito de avaliar os efeitos do programa Bolsa Família/PETI e sua relação com o trabalho infantil no Brasil, adotei alguns passos a fim de obter resultados que pudessem ser analisados. Primeiramente, tive que construir uma base de dados cuja fonte foi o IPEADATA.

A base foi construída com os valores de algumas variáveis (frequência escolar, anos de estudo, percentagem de analfabetos de 10 a 14 anos, percentagem de beneficiados em dezembro) para os anos de 2004 a 2012, exceto o ano de 2010, pois foi o ano do CENSO. Os dados abrangem todo o território nacional, isto é, todos os estados do Brasil estão incluídos. Uma vez a base tendo sido concluída, obtivemos dados em painel com as variáveis, os 27 estados brasileiros e os anos.

Posteriormente, fiz três regressões: (1) Uma estimando por MQO; (2) Painel com efeitos fixos; (3) Painel incluindo efeitos fixos e dummies de ano. As regressões foram feitas no Stata e os resultados podem ser vistos na página 26.

$$\begin{aligned} \text{Freqescolar}_{it} = & \alpha + \beta_0 \text{percenbenemdezporUF}_{it} + \\ & + \beta_1 \text{rdompcmedia_log}_{it} + \beta_2 \text{aestmedia}_{it} + u_{it} \quad (1), \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} \text{Freqescolar}_{it} = & \alpha + \beta_0 \text{percenbenemdezporUF}_{it} + \\ & + \beta_1 \text{rdompcmedia_log}_{it} + \beta_2 \text{aestmedia}_{it} + \beta_3 Z_i + u_{it} \quad (2), \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} \text{Freqescolar}_{it} = & \alpha + \beta_0 \text{percenbenemdezporUF}_{it} + \beta_1 \text{rdompcmedia_log}_{it} \\ & + \beta_2 \text{aestmedia}_{it} + \delta_2 B2_t + \delta_3 B3_t + \delta_4 B4_t + \delta_5 B5_t + \delta_6 B6_t + \delta_7 B7_t + u_{it} \quad (3), \end{aligned}$$

$i=27$ estados do Brasil, $t=2004-2012$, exceto 2010.

Legenda:

Frequescolar: frequência escolar.

percenbenemdezporUF: percentagem de beneficiados em dezembro.

rdompcmedia_log: logaritmo da renda domiciliar per capita média.

aestmedia: anos de estudo médio de pessoas de 25 anos ou mais.

Z: variável não observada que varia de um Estado para outro, mas não ao longo do tempo.

B2, B3,...,B7: dummies de ano.

6. O QUE É TRABALHO INFANTIL

6.1) Todas as formas de Trabalho Infantil

O que é considerado trabalho infantil? Essa é uma pergunta muito comum quando o assunto é discutido. Temos diversos tipos de trabalho infantil e também temos aqueles tipos que a sociedade discorda de considerações do trabalho.

Por exemplo uma criança de 13 anos de idade tomar conta do irmão mais novo de 7 anos de idade, para muitas pessoas é um tipo de trabalho infantil. Mas para outras pessoas nada mais é do que um processo natural familiar e de amadurecimento da criança com 13 anos perto de se tornar adolescente. Esse é um exemplo real que diversas famílias colocam seus filhos mais velhos porém não com idade superior aos 18 anos algumas vezes para tomar conta em quanto o pai está trabalhando. Portanto isso é discutido e ainda não regulamentado afinal é um assunto muito delicado onde envolve além de cultura, talvez até mesmo quebra de paradigma. Não é que muitas famílias precisem do bolsa família para sobreviver, muito pelo contrário. E acho que o bolsa família não resolveria o caso da muitas famílias especificamente, já que além de muitas famílias não se enquadrarem nos níveis sociais para ganhar os benefícios, essa situação pode ser temporária talvez menos de um mês, até o pai conseguir uma boa empregada doméstica no qual um irmão teve que suprir e fazer tais atividades. Temos essa experiência presente no cotidiano de muitas famílias e tais adolescentes ou crianças não deixaram de ir para escola para isso e nem foi comprometida socialmente por isso. Mas esses jovens não deixaram de ter uma experiência de responsabilidade antecipada. Então para simplificar minha pesquisa, não vou considerar esse tipo de situação como trabalho infantil, não é o objetivo da pesquisa ver o ponto ideal no qual o julgamento do nível do trabalho infantil.

Então vou tomar como base as leis que estão em vigência para tornar a pesquisa mais eficiente e mensurar os efeitos do programa mais adequadamente. O que quero dizer é que não quero misturar responsabilidades que a vida ocasionalmente te impõem, porém não compromete a vida da criança com os estudos e com o dever de se divertir da

criança, com o fato de a criança ter que parar de estudar e parar de brincar para trabalhar e ter as responsabilidades de conseguir dinheiro para comer e comprar coisas básicas para sustento da família.

Ou seja além de estar sacrificando o futuro da criança tirando ela de um processo de educativo esta colocando sobre ela responsabilidades no qual ela não esta apta para receber. Isso além de prejudicar a evolução dela como ser humano pode muitas vezes tornar essa criança numa pessoa violenta e propensa ao crime.

As formas de trabalho infantil são portanto variáveis de acordo com a região, cultura de cada pais e regras estabelecidas pelo governo. E de acordo com a lei No Brasil é proibido o trabalho para menores de 14 anos idade, e dos 14 aos 15 é permitido apenas como forma de aprendiz e dos 16 aos 17 é permitido apenas se não atrapalhar as atividades escolares e não tenha insalubridade e jornada noturna. Portanto de acordo com a recomendação 190 da convenção 182 da OIT ; proíbe todas as formas de escravidão ou praticas análogas a escravidão, oferta de crianças para fins de prostituição, utilização das crianças para praticas ilícitas e trabalhos que por sua natureza prejudiquem a saúde e a segurança da criança.

E as formas no qual a OIT expressou e proibiu são extensas, e luta para que as crianças não sofram abusos físicos, psicológicos, sexuais, façam trabalho de manuseio com maquinário perigoso, possua longas jornadas de trabalho, fiquem em locais confinados, transportar e manusear materiais pesados , trabalhar em locais em baixo da terra, água ou ate mesmo locais com muita altura.

O trabalho penoso no qual a luta é justamente para erradicar principalmente esse tipo de trabalho é bem definido em todas as instancias. Mas veremos também os tipos no qual existem exceções para uma criança poder trabalhar.

6.2) Características e exceções

Uma das questões correlacionadas levantadas nesse trabalho é justamente as exceções que o trabalho infantil possui. Já que quando ligamos a televisão normalmente vemos crianças participando de novelas e propagandas e isso não deixa de ser um trabalho que a criança está realizando. Então existe sim uma exceção, que está de acordo com o artigo 8 da convenção 138 da OIT que a autoridade competente (Juiz do trabalho) pode conceder licenças individuais para participação da criança em eventos artísticos. Porém essas licenças têm algumas condições para serem concedidas, como por exemplo regras em relação a jornada de trabalho entre outras coisas no intuito de proteger a criança.

Sendo que essa atividade tem que ser provada ao juiz que não esteja atrapalhando o desenvolvimento da criança e além disso ter fins educativos para própria que além de participar de um processo artístico estaria aprendendo e evoluindo com tal prática. Sendo então um processo realmente dificultado pela própria justiça para justamente não criar uma cultura de permissão para o trabalho infantil.

6.3) Ações da sociedade

No Brasil temos muitas formas no qual a sociedade expressa sua solidariedade ao combate ao trabalho infantil. Sendo das formas mais simples as mais complexas com ações junto com empresas privadas em parceria com o governo, tudo num objetivo comum.

Tivemos agora no dia 08 de outubro de 2013 III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil então tivemos uma colaboração como forma simbólica dos internautas que estão preocupados com a situação enviando fotos do perfil do Facebook metaforicamente que estariam ajudando virtualmente a percorrer o percurso da Holanda que foi sede da última conferência Global sobre o Trabalho Infantil para o Brasil primeiro país a receber o evento fora da Europa e portanto foi sede deste ano justamente

pelo reconhecimento por esta sendo referencia no combate desse problema já que reduziu 57% do numero de crianças trabalhando entre 5 a 7 anos de idade entre os anos de 1992 e 2011.

Temos também uma ação promovida pela Fundação telefônica no qual participou de uma campanha na Semana Internacional Contra o Trabalho Infantil no qual alem de publicar as ações que ela participa em outros locais, promoveu um movimento na internet de publicar o hashtag #trabajoinfantilNO. Tudo isso no intuito de conscientização do problema para alertar que a participação da sociedade é fundamental para combater esse mal⁹.

Outra ação da sociedade em parceria da Fundação Telefônica Vivo com Fundo das Nações Unidas para Infância e Adolescência (UNICEF) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançaram a campanha “É da nossa conta! Trabalho Infantil e Adolescente”. Onde o objetivo é sugerir a sociedade que sejam agentes propulsores do próprio slogan já que enfatiza que não é problema apenas do governo e sim da sociedade inteira.

Portanto a sociedade é uma peça chave nessa luta, já que é um problema que esta entrelaçada na própria, portanto as ações que ela pode fazer com mais força e que te feito é justamente a divulgação e a conscientização do problema. Já que a partir do momento que o problema esta difundido na população conscientizada as soluções ganham maiores proporções.

⁹ Fundação Telefônica e OIT lançam rede contra trabalho infantil <http://www.jb.com.br/ciencia-e-tecnologia/noticias/2011/11/22/fundacao-telefonica-e-oit-lancam-rede-contra-trabalho-infantil/>

REGRESSÕES

```
. reg Freqescolar percenbenemdeporUF rdompmedia_log aestmedia
```

Source	SS	df	M	Number of	obs =
				F(3,	216
Model	138.62700	3	46.2090013	Prob > F	= 49.86
Residual	196.47616	212	.926774346	R-squared	= 0.0000
				Adj R-squ	ared = 0.4137
Total	335.10316	215	1.55861937	Root MSE	= 0.4054
					= .96269

Freqescolar	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
percenbenemdeporUF	.1243413	.0237146	5.24	0.000	.0775946 .171087
rdompmedia_lo	2.348828	.3896609	6.03	0.000	1.580722 3.11693
aestmedia	.1016521	.1260739	0.81	0.421	-.1468669 .350171
_cons	80.69886	1.956322	41.25	0.000	76.84252 84.555

```
. xtset UF Ano, yearly
      panel variable:  UF (strongly balanced)
      time variable:  Ano, 2004 to 2012,
      but with gaps delta:  1 year
```

```
. xtreg Freqescolar percenbenemdeporUF aestmedia rdompmedia_log, fe
```

```
Fixed-effects (within) regression      Number of obs   =    216
```

```
Group variable: UF                    Number of      =    27
                                       groups
```

```
R-sq:  within  = 0.4520                Obs per group: min =    8
```

```
between  = 0.1770                      avg =    8.0
```

```
overall  = 0.2877                      max =    8
```

```
F(3,186) = 51.15
```

```
Prob > F = 0.0000
```

```
corr(u_i, Xb) = -0.1926
```

Freqescolar	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
percenbenemdeporUF	.1316077	.0495063	2.66	0.009	.0339417 .2292736
aestmedia	.9722951	.3080441	3.16	0.002	.3645856 1.580005
rdompmedia_log	-.3294956	1.004004	-0.33	0.743	-2.310195 1.651203
_cons	92.32134	4.74629	19.45	0.000	82.95786 101.6848
sigma_u	.8786208				
sigma_e	.67231264				
rho	.63070906	(fraction of variance due to u_i)			

```
F test that all u_i=0: F(26, 186) = 9.56      Prob > F = 0.0000
```

```
. regress Fregescolar percenbenemdeziporUF aestmedia rdompmedia_log i.Ano
```

Source	SS	df	MS	Number of obs =	216
				F(10, 205) =	15.65
Model	145.060598	10	14.5060598	Prob > F	= 0.0000
Residual	190.042567	205	.927036914	R-squared	= 0.4329
				Adj R-squared =	0.4052
Total	335.103165	215	1.55861937	Root MSE	= .96283

Fregescolar	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
percenbenemdeziporUF	.1043567	.0439549	2.37	0.019	.0176951	.1910183
aestmedia	.0602051	.135543	0.44	0.657	-.207032	.3274421
rdompmedia_log	2.268779	.4375312	5.19	0.000	1.406141	3.131417
Ano						
2005	.0334914	.2724889	0.12	0.902	-.5037487	.5707314
2006	-.0421704	.317315	-0.13	0.894	-.6677898	.5834491
2007	-.3174839	.3342486	-0.95	0.343	-.9764896	.3415218
2008	.1002793	.3372216	0.30	0.766	-.564588	.7651465
2009	.1648831	.3817745	0.43	0.666	-.5878249	.9175912
2011	.3785493	.4122294	0.92	0.360	-.4342036	1.191302
2012	.0974385	.4495132	0.22	0.829	-.7888234	.9837004
_cons	81.578	2.544693	32.06	0.000	76.56088	86.59512

7. O EFEITO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA/PETI

7.1) ANÁLISE SOBRE AS REGRESSÕES FEITAS

7.1.1) Estimando por MQO:

O aumento de um ano a mais de estudo aumenta a frequência escolar em 0,102. O aumento de um por cento no número de beneficiados em dezembro aumenta a frequência escolar em 0,124. E por fim, o aumento de um por cento na renda domiciliar per capita média aumenta a frequência escolar em 2,349.

Os coeficientes das variáveis, *percentagem de beneficiados em dezembro* e *logaritmo da renda domiciliar per capita média*, β_0 e β_1 , respectivamente foram estatisticamente significativos ao nível de significância de cinco por cento, pois o p-valor, menor nível de significância para se rejeitar a hipótese nula, de ambos os coeficientes foram iguais a zero. Isso equivale dizer que ambas as variáveis independentes são importantes para explicar a variável dependente, isto é, rejeita-se a hipótese nula, β_0 e β_1 serem iguais a zero, ao nível de significância de cinco por cento. Poderia ter sido feita esta última análise observando os valores da estatística t, no entanto o resultado obtido seria o mesmo. Com isso o programa tem sim um papel positivo além da questão de transmissão de renda e esse resultado comprova o aumento de capital humano onde ele é mais escasso e difíceis de conseguir alguma acumulação.

O coeficiente da variável *anos de estudo médio de pessoas de 25 anos ou mais* não foi estatisticamente significativo ao nível de significância de cinco por cento, uma vez que o p-valor, 0,421, é maior do que cinco por cento.

7.1.2) Estimando com efeitos fixos:

O aumento de um ano a mais na media de estudo de pessoas de 25 anos ou mais, aumenta a frequência escolar em 0,972. O aumento de um por cento no número

de beneficiados em dezembro aumenta a frequência escolar em 0,132. E por fim, o aumento de um por cento na renda domiciliar per capita média diminui a frequência escolar em 0,329.

Os coeficientes das variáveis *percentagem de beneficiados em dezembro* e *anos de estudo médio de pessoas de 25 anos ou mais*, β_0 e β_2 , respectivamente foram estatisticamente significativos ao nível de significância de cinco por cento, pois os p-valores, 0,009 e 0,002, respectivamente foram menores do que cinco por cento. Isso equivale dizer que ambas as variáveis independentes são importantes para explicar a variável dependente, isto é, rejeita-se a hipótese nula, β_0 e β_2 serem iguais a zero, ao nível de significância de cinco por cento.

O coeficiente da variável *logaritmo da renda domiciliar per capita média* não foi estatisticamente significativo ao nível de significância de cinco por cento, uma que o p-valor, 0,743, é maior do que cinco por cento.

7.1.3) Estimando com efeitos fixos e dummies de ano:

O aumento de um ano a mais na média de estudo de pessoas de 25 anos ou mais aumenta a frequência escolar em 0,06. O aumento de um por cento no número de beneficiados em dezembro aumenta a frequência escolar em 0,104. E por fim, o aumento de um por cento na renda domiciliar per capita média aumenta a frequência escolar em 2,269.

Os coeficientes das variáveis *percentagem de beneficiados em dezembro* e *logaritmo da renda domiciliar per capita média*, β_0 e β_1 , respectivamente foram estatisticamente significativos ao nível de significância de cinco por cento, pois os p-valores, 0,019 e 0,00, respectivamente foram menores do que cinco por cento. Isso equivale dizer que ambas as variáveis independentes são importantes para explicar a variável dependente, isto é, rejeita-se a hipótese nula, β_0 e β_1 serem iguais a zero, ao nível de significância de cinco por cento.

Os coeficientes da variável *anos de estudo médio de pessoas de 25 anos ou mais*. e de todas as dummies de ano não foram estatisticamente significativos ao nível de significância de cinco por cento, uma vez que o p-valor de todas essas variáveis foi maior do que cinco por cento.

7.2) Objetivos Centrais do Bolsa Família

O objetivo central do bolsa família está muito bem definido no site do Ministério do Desenvolvimento Social “a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade”

Tendo em vista esses três eixos principais, o de transferência de renda, aplicação das condicionalidades e o acesso aos direitos sociais e também todos esses anos de atuação, era de se esperar um resultado como vimos na figura 1 na página 10 uma tendência constante de redução nas taxas de trabalho infantil ao longo dos anos em questão.

Não podemos afirmar que o Programa Bolsa Família foi o principal responsável pela diminuição desses números. Mas como resultado das minhas regressões em MQO posso afirmar que um aumento do número de beneficiados pelo programa aumenta a frequência escolar em 0,102 ao nível de significância de 5 por cento (também significativo em 5 por cento estimado com efeito fixo e efeito fixo com dummies de ano). O que confirma que o programa tem seu grau de importância nos números em questão já que esse aumento representa aquela explicação inicial de compra do tempo da criança pobre para ela ter acumulação de capital humano e com isso sair do ciclo da pobreza em que ela se encontra.

8. CONCLUSÃO

Espera-se com esse trabalho aprofundar a compreensão sobre a política Pública implantada, a importância dos instrumentos utilizados pelo governo e a sua utilização em momentos de definir as prioridades do programa. Analisar as características acerca do mix de programas condicional de transferências de renda, aonde ocorreram acertos e falhas e o que pode ser melhorado.

Esse é exatamente o objetivo desse trabalho, utilizando os arcabouços teóricos aprendidos durante o curso de economia para analisar as decisões tomadas pelos políticos brasileiros e o seu efeito sobre a população infantil que esta na eminência de ter sua vida prejudicada pelo trabalho infantil e a sociedade.

Espera-se que esse trabalho possa ter aprofundado a compreensão sobre a ideia de erradicação do trabalho infantil, a importância dos programas criados pelo governo e a sua efetiva aplicação para a sociedade. Analisamos as características da margem populacional que se encontra nessa situação, das diversas políticas feitas com o mesmo intuito de promover um bem social convencional e os programas efetivos nos quais o governo decidiu não apenas aplicar como sim vem aprimorando através do cadastro único e a concentração de todos os programas no bolsa família, onde a ideia seria ajudar salvar a instituição família.

Devemos ressaltar, todavia que a análise que é de um ideai, que vai completar 20 anos em janeiro de 2015, já que começou com o Bolsa Escola sendo criado no Distrito Federal pelo então governador Cristovam Buarque do PT no dia 3 de janeiro de 1995. Portanto o tempo nos revela muito sobre a assertividade das escolhas tomadas; por isso, como o programa é um difusor de acumulação de capital humano de longo prazo, no caso estamos tentando reverter adversidades de gerações podemos dizer que os efeitos efetivos do programa podem começar a ser percebidos com mais clareza nos dias atuais, então devemos ter mais cautela antes de concluir qualquer coisa sobre o programa e seus efeitos pois qualquer conclusão decretada seria no mínimo um passo precipitado, já

que estamos numa escala muito grande e temos apenas pouco menos de 20 anos de ideia concretizada.

Vale a pena lembrar que não estou defendendo o programa como certo ou errado de uma forma geral. Tanto que aprendemos em física desde o no ensino médio e vale para muitas coisas nessa vida, “tudo depende do ponto de referencia”, ou seja, se você é um beneficiado pela política publica essa política sempre vai ser ótima, mas se acontece o contrario nunca será.

Porem isso não significa que não podemos estudar o tema. Já que as taxas do trabalho infantil vêm caindo ao longo desses anos em questão e temos uma correlação do temas. O objetivo é de contribuir da melhor maneira possível para o incremento da qualidade do debate político e econômico.

9. FONTE DE DADOS

<http://www.ipea.gov.br/>

<http://www.brasil.gov.br>

<http://www.mds.gov.br/>

<http://www.ibge.gov.br/>

<http://censo2010.ibge.gov.br/>

<http://www.oit.org.br/>

<http://www.fnpeti.org.br/>

<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2268>

<http://7a12.ibge.gov.br/en/voce-sabia/curiosidades/trabalho-infantil>

<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2155>

<http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/perguntas-respostas-trabalho-infantil-aprendiz.htm>

<http://www.girasolidario.org.br/noticias/campanha-contr-o-trabalho-infantil-mobiliza-sociedade-e-ganha-forca-atraves-de-redes-sociais>

IBGE, Censo Demográfico 2010, Censo Demográfico 2000.

11. BIBLIOGRAFIA

- COMUNIDADE Nº 75 DO IPEA - **Gastos com a Política Social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda** - Fevereiro de 2011
- HERKENHOFF & PRATES –TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME **Estudo Qualitativo para Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)** Brasília, dezembro de 2009
- KATHY LINDERT, ANJA LINDER, JASON HOBBS AND BÉNÉDICTE DE LA BRIÈRE - **The Nuts and Bolts of Brazil’s Bolsa Família Program: Implementing Conditional Cash Transfers in a Decentralized Context** SP DISCUSSION PAPER NO. 0709 SOCIAL PROTECTION THE WORLD BANK May 2007
- LEANDRO MARCHAL ROTHMULLER - **O Programa Bolsa-Escola** ORIENTADOR JOSE MARCIO ANTONIO GUIMARÃES DE CAMARGO Novembro 2007 - Monografia PUC-RIO
- LAURA CHIODA, JOÃO MANOEL PINHO DE MELLO E RODRIGO REIS SOARES - **Spillovers from Conditional Cash Transfer Programs: *Bolsa Família* and Crime in Urban Brazil** – Texto para discussão Nº 599 DEPARTAMENTO DE ECONOMIA PUC-RIO February 2012
- EUGÊNIO DE SOUZA QUINTA – **“Efeitos Adversos do Bolsa Família Sobre os Incentivos ao Trabalho”** ORIENTADOR JOSE MARCIO ANTONIO GUIMARÃES DE CAMARGO Junho de 2011- Monografia PUC-RIO

- MAURO PERCINOTO - **TRABALHO INFANTIL - Um estudo sobre sua incidência nas famílias brasileiras** ORIENTADOR: JULIANO ASSUNÇÃO
Dezembro de 2003 - Monografia PUC-RIO
- DAYSE CRISTIANE GONÇALVES FERREIRA - **Impacto do Programa Bolsa Escola Federal sobre o fluxo e o aproveitamento escolar dos alunos bolsistas: algumas inferências a partir de pesquisa realizada em escolas públicas do município de São Gonçalo/RJ** – ORIENTADOR: ALICIA MARIA CATALANO DE BONAMINO - DISSERTAÇÃO DE MESTRADO - Agosto de 2005
- ALAÍSA DE OLIVEIRA SIQUEIRA - **Programa Bolsa Família: autonomia ou legitimação da pobreza?** - ORIENTADOR: ANA MARIA QUIROGA - DISSERTAÇÃO DE MESTRADO - Agosto de 2008
- ANA PAULA CARVALHO MORAES SALOMÃO - **Trabalho Infantil: análise da percepção das famílias e crianças envolvidas** – ORIENTADOR: MYRTE DE AGUIAR MACÊDO - DISSERTAÇÃO DE MESTRADO - Agosto de 2007